



O Espaço Universitário, Movimentos Sociais e Partidos Políticos: por uma perspectiva relacional do campo político

JONATHA VASCONCELOS SANTOS

ADRIELMA SILVEIRA DOS SANTOS

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Resumo

O presente artigo tem como objetivo, a partir de um debate teórico e projetos de pesquisa desenvolvidos na graduação e pós graduação, apontar algumas questões para refletir a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos. Para isso, serão utilizados conceitos como redes sociais, campos relacionais, modelos organizacionais em diálogo com a teoria dos novos movimentos sociais e sua influência nos estudos latino americanos. A metodologia aplicada foi a revisão teórica, a coleta de 121 notícias em jornais eletrônicos, a observação participante, a realização de entrevista biográfica. Finalmente serão introduzidos exemplos empíricos de movimentos sociais e partidos políticos atuantes na Universidade Federal de Sergipe que ajudam com os debates teóricos recentes.

Palavras chave: Movimentos Sociais; Partidos Políticos, Campos relacionais

Abstract

The present article has objective from a theoretical debate and research projects at the graduate and undergraduate, to point some questions to reflect the relation between the social movements and political parties. For it will be used concepts like networks, relational fields and organizational models in dialogue with the theory of new social movement and their influence in Latin American studies. The methodology applied was the theoretical revision, the collected of 121 news in electronic journals of Sergipe, the participant observation and the realization of biographical interview. Finally will be introduced some empirical examples of social movements and political parties working in Federal University of Sergipe that help with the recent theoretical debates.

Keywords: Social Movements; Political Parties, Relational Fields

Introdução

Os estudos sobre a ação coletiva e os movimentos sociais estiveram, principalmente na América Latina com a influência da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, relacionados com três questões que acompanharam o desenvolvimento das pesquisas e ainda influenciam vários trabalhos. Podemos elencar essas três “questões” como i) a departamentalização[i] dos estudos sobre as formas de ação coletiva que “ocorrem” fora do estado como os movimentos sociais e as reflexões referentes ao Estado, ii) a visão normativa de que os movimentos sociais são consequências de problemas sociais não resolvidos pelas instituições que organizam e gerenciam o Estado, logo, os movimentos sociais se dirigem à esses problemas e o Estado, se configurando enquanto “sujeitos históricos revolucionários” e iii) a ideia de que os movimentos sociais surgem, se organizam e atuam em oposição com o Estado. A divisão ocorrida entre os estudos que se dedicavam a refletir sobre os movimentos sociais e àqueles que se debruçavam sobre as atividades e a ingerência do Estado foram, por muito tempo, resultado de divisões disciplinares. Sendo assim, a Sociologia e a Antropologia com a Antropologia Política estiveram à frente dos estudos sobre os movimentos sociais e outras formas de ação coletiva que se “diferenciam” qualitativamente daquilo que caracteriza o Estado, e mais precisamente, o “Estado Moderno”, haja vista, a racionalidade, as relações hierarquizadas e organizadas

e os comportamentos não espontâneos. Por outro lado, a Ciência Política, ficou caracterizada por executar pesquisas sobre o funcionamento do Estado, suas formas de ação, padrões de recrutamento de políticos partidários e etc.

As consequências da construção de fronteiras disciplinares, construiu uma percepção, seja entre os leigos ou pesquisadores, de que a política é composta por grupos e atores sociais autônomos, opostos e mutuamente excludentes em suas formas de agir e se organizarem.

Essas prerrogativas também orientaram a literatura que se desenvolve, principalmente a partir dos anos de 1960, os estudos sobre os movimentos sociais na América Latina e no Brasil (JACOBI, 1987; CARDOSO, 1987; GOIRAND, 2009). Paralelamente a esses pressupostos que orientam os estudos, em especial os que se constituem na América Latina, se relacionam com um conjunto de esforços intelectuais e científicos por uma compreensão dos países desse continente a partir de uma peculiaridade que tem sua marca, por exemplo, na Teoria da Dependência e nos usos da Teoria dos Novos Movimentos Sociais[i]. É com as noções de “novos movimentos sociais”, “movimentos populares” ou “movimentos sociais urbanos” que se constrói um “paradigma latino americano”, segundo alguns autores como Maria da Gloria Gohn (GOIRAND, 2009), para a explicação da dinâmica dos movimentos sociais. Sobre isso, Goirand (2009) esclarece o que seriam os “novos movimentos sociais”:

Que há de comum, então, entre todos esses “novos movimentos sociais”? E por que se pretendeu enxergar neles uma “novidade”?... A comum aspiração à mudança social e política em nada os distingue de movimentos sociais mais clássicos e mais antigos, como os movimentos operários, que em sua época também foram portadores de valores e projetos alternativos de sociedade. Para muitos analistas, a especificidade da contestação pode ser identificada em outro ponto: a associação entre, por um lado, dessa aspiração à mudança social e política, e, por outro, uma estrutura organizacional frouxa, fluida, fragmentada e instável. A “novidade” desses movimentos, destacada por muitos autores, decorre sobretudo da ausência de um envolvimento de classe claramente definido, da ausência de estruturação ideológica unificada, da pluralidade dos valores e representações da ação, da prioridade conferida aos discursos da justiça e da dignidade, associadas à definição de objetivos pragmáticos obedecendo a uma lógica às vezes setorial, à descoberta de novos canais de participação política, à descentralização ou fragmentação de organizações extremamente diversas. (GOIRAND, 2009: 324-325)

A “novidade” enquanto característica dos “novos movimentos sociais” aparece, no parágrafo destacado acima, é o princípio básico da definição desses “novos grupos” emergentes na América Latina. A questão central da “novidade” ao qual os movimentos sociais são responsáveis de propor, é mais uma “pretensão” dos estudos que se utilizam dessa abordagem do que uma realidade empírica representada pela autonomia, “dignidade e justiça”, pragmatismo, “descentralização” e “fragmentação” dos grupos e etc. Apesar dessa novidade está presente no processo de redemocratização política que traz consigo novas oportunidades de ação política, os estudos dos “novos movimentos sociais” não apontam para a permanência e fortalecimento, por exemplo, da relação dos movimentos sociais com o Estado com a criação de partidos políticos que interagem com os “novos movimentos sociais”.

Essa perspectiva sobre os movimentos sociais traz um conjunto de deficiências analíticas e que, no Brasil, já vêm sendo apontadas desde os anos de 1980 até os dias atuais (CARDOSO, 1987; JACOBI, 1987; SILVA, 2013; OLIVEIRA, 2010a, 2010b, 2014). Esses textos criticam a noção de que haveria uma relação de autonomia e distinção entre os espaços de atuação dos movimentos sociais e da “política tradicional”, formulavam seus debates a partir da ideia de que os estudos produziam uma falsa dicotomia entre movimentos sociais e política institucional.

É também importante salientar que parte das novas abordagens teóricas sobre os movimentos sociais que tendem a considerar as interações entre os grupos e a construção de carreiras militantes estão inseridas em um contexto de virada teórico epistemológica das perspectivas influenciadas pelas teorias de Marx e marxista para uma abordagem interacionista (SAWICKI, 2011). Com isso, surgem críticas que constroem modelos de análise para repensar as ideias de autonomia dos movimentos sociais.

Na Introdução, apresentamos as principais características e deficiências apontadas por alguns estudos sobre as concepções acerca dos movimentos sociais na América Latina, assim como, a forma com que se desenvolveu os estudos sobre os movimentos sociais e o sistema político. Em ambos os casos, tais pesquisas contribuíram para construir uma tradição em pensar os movimentos sociais como algo autônomo e incomunicável com as instituições políticas “tradicionais” como os partidos políticos. Com isso, segue um conjunto de interpretações que buscam considerar os movimentos sociais enquanto autônomos e propositores de “novas” formas de participação política.

No próximo tópico, mostraremos um conjunto de conceitos teóricos como a ideia de campos relacionais, redes, carreira militante e múltiplo engajamento que, ao contrário da perspectiva apresentada anteriormente, apontam para uma abordagem relacional do “campo político”[iii].

Múltiplo engajamento, redes sociais e campos relacionais

Esse tópico em como objetivo, à luz de alguns conceitos já citados, contribuir para o debate sobre as relações entre os movimentos sociais e os partidos políticos. Apesar da América Latina não ser o único exemplo sobre essa relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos (MCADAM & TARROW, 2011) o artigo irá focar o caso latino americano e, em especial, o Brasil.

A América Latina é um caso curioso, no mesmo momento em que são desenvolvidos teorias e modelos explicativos exaltando a autonomia dos movimentos sociais, tivemos exemplos empíricos de movimentos sociais que se transformaram em partidos políticos nos anos de 1980. Sobre esse período, Goirand (2009) o intitula de “fábrica de partidos políticos” onde o Partido de la Revolución Democrática (PRD) mexicano, o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e a Frente Amplio no Uruguai são alguns exemplos de partidos políticos que surgem do fortalecimento de movimentos sociais.

A “fábrica de partidos políticos” dos anos de 1980 na América Latina é um período em que notamos casos empíricos que contrariam a tendência das teorias sobre os movimentos sociais no qual é ressaltado a não-relação dos movimentos sociais com os partidos políticos.

No que se refere a isso, atualmente há um conjunto de esforços de pesquisadores que buscam nessa relação entre movimentos sociais e partidos políticos constituir uma nova agenda de pesquisa possível para melhor compreender as dinâmicas políticas. Entre esses esforços destacaremos a análise de carreira militante e múltiplo engajamento (COMBES, 2009; MISCHÉ, 2008) e o conceito de campos relacionais (GOLDSTONE, 2004).

A análise de carreira militante e múltiplo engajamento é importante para analisar o cruzamento das organizações políticas como os partidos políticos, os movimentos sociais, os grupos de interesse e profissionais em uma única história de vida. Assim é possível perceber a multiposicionalidade dos atores em diversos espaços políticos.

A análise de carreira militante possui forte influência da noção de carreira presente nos estudos interacionistas de Howard S. Becker (2008) sobre os grupos desviantes. Nessa perspectiva, o sociólogo americano destaca que as carreiras desviantes são compostas por etapas e eventos que constituem as experiências de vida dos atores e que, a partir desse tipo de análise, é possível perceber os elementos que compõem a carreira. A ideia de carreira militante também possui os pressupostos principais do conceito desenvolvido e utilizado por Becker nos estudos desviantes, mas são direcionados às pesquisas sobre militância. Nesse sentido, os estudos da militância que introduz a ideia de carreira: possibilita(m) introduzir a perspectiva processual e sequencial nas análises do engajamento individual e investigar de forma interligada os aspectos vinculados às condições sociais de origem dos militantes, bem como os que decorrem da multiplicidade de inserções que convergem para o seu engajamento, nos colocando numa posição intermediária entre as abordagens centradas exclusivamente na posição de classe e as que fazem das redes sociais o determinante da ação coletiva. (OLIVEIRA, 2009, pg. 50)

Desse modo, a análise de carreira permite com que o pesquisador acompanhe o ator militante para identificar a “multiplicidade de inserções”, ou seja, sua inserção escolar e profissional, sua posição e condição social. No fundo, o pesquisador busca compor os aspectos do *background*[iv] dos militantes e, em especial, os fatores que contribuíram para seu engajamento.

Os trabalhos que se dedicaram ao exame dessas redes de relações a partir, por exemplo, da noção de carreira militante, várias pesquisas, inclusive em Sergipe (OLIVEIRA, 2014; SANTOS, 2015), apontam para a forte relação entre o movimento estudantil e os partidos políticos, as associações de base e a Igreja Católica, os grupos profissionais e o governo.

Nesse sentido, o trabalho de Mische (2008) se constitui enquanto um exemplo fundamental de estudo que privilegia as interações entre as instituições e traz a visibilidade dessa relação por meio das carreiras militantes analisadas. É importante ressaltar – e eis o grande desafio dos estudos que partem das análises de carreiras militantes individuais – de introduzir esse conjunto de relações políticas em um contexto social, histórico e cultural específico. Para isso, Mische (2008) traz os padrões de relações políticas e trajetórias ao longo da história do Brasil a partir do período da redemocratização, em todos esses momentos, a autora resalta as relações e as carreiras militantes que passavam pela universidade com os centros acadêmicos, diretórios centrais dos estudantes e a empresa júnior, o ensino secundarista e os partidos políticos.

A gramática utilizada para se pensar os movimentos sociais e partidos políticos enquanto objetos de estudo relacional é outro ponto importante e que merece reflexão. Como mostra Combes (2009) em seus estudos sobre movimentos sociais no México, os cientistas sociais por vezes encontram dificuldades de definição teórica na medida em que os debates teóricos acerca da interação entre os movimentos sociais e os partidos políticos estão baseados na ideia de “cooptação”.

A partir dessa perspectiva, os movimentos sociais que se relacionam com os partidos políticos ou qualquer outra dimensão oficial do Estado são percebidos como “cooptados” pelo Estado. Cooptados pelo Estado, logo são “traidores declarados” da autonomia e originalidade dos sujeitos históricos e revolucionários que atuam em oposição ao Estado. Aqui há uma visão normativa de como os movimentos sociais devem – destaque para o imperativo – se comportar.

Os cientistas sociais então precisam “resistir às palavras” como utiliza Oliveira (2010) o termo de Pierre Bourdieu para se referir à necessidade de resistir ao que se dizem sobre os movimentos sociais e buscar nos objetos empíricos a saída para as dicotomias elaboradas.

A resistência às palavras permite, a partir da análise de redes e a múltipla militância, perceber que as relações entre os movimentos sociais e os partidos políticos não obedecem a um padrão de “cooptação”. Essas interações são, antes, diálogos entre grupos que se constituem entre si. No fundo, a formação de partidos políticos fundados a partir dos anos de 1980 na América Latina são demonstrações profundas da coprodução existente entre os movimentos sociais e os partidos políticos.

Além da proposta da análise de carreira militante e múltiplo engajamento, destacaremos agora sobre a noção de *relational fields* ou “campos relacionais” de Goldstone (2004). A ideia central dos “campos relacionais” é que o sistema político é formado por campos (os movimentos sociais, os grupos de interesse, os partidos políticos, o Estado, as ONGs, etc) que se relacionam. Sendo assim, não há aqueles grupos que estão “dentro” e “fora” da política “tradicional” ou “marginal”, mas estão relacionados. O autor faz menção a relação entre *in* e *out* na medida em que busca, através de uma sociologia relacional da dinâmica política, romper com as dicotomias entre a política institucional e os movimentos sociais. Sobre isso, Goldstone (2009) afirma que

A dinâmica de protesto, portanto, tem um relacionamento completo e contingente para a integração dos grupos na política institucionalizada. A noção de que existem grupos “dentro” e “fora”, e que os últimos estão engajados em protestos enquanto os primeiros engajados na política é uma caricatura que possui pouca relação com a realidade. (GOLDSTONE, 2009, pg. 344, tradução nossa)

Com base nesse novo conceito, podemos pensar em outra representação do sistema político no qual os grupos interagem entre si. A noção de campos relacionais ratifica que o “sistema político” não é composto somente pelo Estado e suas instituições representativas, mas também pelos movimentos sociais, as ONGs, os grupos de interesse e as elites profissionais. E mais, nesse sistema político formado por grupos oficiais e não oficiais ao Estado, os coletivos se interagem em conflitos ou alianças.

Essa sessão mostrou, através de perspectivas relacionais acerca das dinâmicas políticas como a noção de campos relacionais, assim como os conceitos de carreira militante e engajamento múltiplo, os esforços recentes das Ciências Sociais em preencher as lacunas das pesquisas sobre a ação coletiva que pouco se dedicaram as interações estabelecidas no sistema político.

É importante ressaltar que o debate teórico tem sido alimentado por um conjunto de pesquisas (MCADAM & TARROW, 2011; MISCHÉ, 1997; CLEMENS, 2010; PÉCHU, 2001; CORADINI, 2007; LOUREIRO, 2006) que buscaram analisar, por exemplo, a relação entre os movimentos sociais e os partidos em momentos de eleições, o recrutamento de elites políticas e o engajamento em sindicatos profissionais e a inserção dos economistas em espaços institucionais.

O próximo capítulo vai mostrar, com base em pesquisas de conclusão de curso realizadas em 2014 sobre as juventudes partidárias na Universidade Federal de Sergipe, o espaço universitário enquanto campo de disputas políticas e relações entre os partidos político e movimentos sociais como o movimento estudantil. A nossa principal intenção em adicionar esses dados no artigo é ilustrar que, por exemplo, a partir do espaço universitário, é possível perceber as redes de relações entre organizações políticas e movimentos sociais e entre os atores que estão envolvidos nelas através da militância. Nessa questão destacamos também que, apesar desse espaço ser marcado pelo conflito entre os grupos, há também relações de confiança e afinidade entre os mesmos, evitando assim, criar uma representação homogênea com base em relações de conflito.

O Espaço Universitário, Partidos Políticos e Movimentos Sociais

Com base em trabalhos realizados em projetos de iniciação à pesquisa, trabalhos de conclusão de curso (SANTOS, 2014; SANTOS, 2015) e dissertações em desenvolvimento financiado pelo CNPq, além de debates e reflexões desenvolvidos no Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFFS), o objetivo desse tópico é mostrar a relação entre os partidos políticos e os movimentos sociais na Universidade Federal de Sergipe a partir das formas de atuação e organização desses grupos na própria universidade.

Os dados da pesquisa foram resultados de algumas inserções no campo através da observação participante de alguns eventos promovidos pelas juventudes partidárias, coleta de notícias em jornais eletrônicos do estado que contribuíram

para a apreensão da dinâmica política dos grupos analisados, participação em atos de protesto e atuação nas redes sociais e realização de entrevistas semiestruturadas e biográficas (SANTOS, 2014). O acompanhamento do grupo através da observação de suas estratégias de ação em Aracaju foi fundamental para perceber a relação que havia, por exemplo, entre o Movimento Não Pago e as juventudes do PCB e PSTU e a ANEL (Associação Nacional dos Estudantes-Livre).

No caso da UJC (União da Juventude Comunista) que é a juventude partidária do PCB e o Movimento Não Pago se dá na medida em que militantes da juventude atuaram nos atos de protesto em 2015 na cidade de Aracaju a partir de uma pauta específica do transporte público, além disso, através de militantes que atuam em ambos os grupos e que, em um dos casos, iniciou sua carreira militante nos atos promovidos pelo Movimento Não Pago em 2013.

Já a relação entre o Movimento Não Pago e a juventude do PSTU se dá em visitas do primeiro grupo na sede do PSTU nos momentos das formações políticas e debates promovidos pela juventude do partido. Além disso, houve também a participação de vários militantes da juventude do PSTU, entre eles, suas principais lideranças nos atos de protesto do Movimento Não Pago quando, inclusive, foi oferecido o microfone para que lideranças da juventude do partido pudesse se manifestar diante da multidão. O microfone, num ato de protesto, é um elemento primordial para a organização e encaminhamentos da manifestação, mas também, fonte de empoderamento daqueles que o utilizam no meio da multidão que anseia por gritos de ordem, um discurso e motivações para seguir o ato. Sendo assim, oferecer o microfone para uma determinada liderança de outro grupo é um ato que reflete uma relação de confiança e afinidade entre os mesmos. Além desses grupos, outros compunham o ato como o movimento Quilombo e o Levante Popular da Juventude.

A relação entre a ANEL e a juventude do PSTU ocorre de maneira mais intensa que as demais descritas anteriormente. Nesse caso, vários militantes que atuam no PSTU estão atuando também na ANEL, o que equivale a dizer que há uma circulação dos militantes entre esses dois grupos. Aqui se configura aquilo que Combes (2009) e Mische (1997) intitula de múltiplo engajamento, ou seja, quando um militante atua em diversas organizações em um período de sua carreira militante. O termo múltiplo engajamento, é necessário ressaltar, é uma alternativa analítica e conceitual para se pensar a relação entre os grupos e que ultrapassa a ideia de “cooptação”. Não há “cooptação” entre os grupos, mas uma relação de coprodução do capital humano, repertórios de organização e formas de atuação entre a ANEL e o PSTU. O resgate histórico, nesse caso, é interessante para perceber essa dinâmica para além da noção de “cooptação”. A ANEL surge em 2009 como uma alternativa de movimento nacional e estudantil em relação a UNE e a principal justificativa para a criação da Aliança é que, naquele momento, era preciso criar uma organização que não estivesse aparelhada pelo PT. Desde então, a ANEL é composta por militantes “independentes”[v], engajados em diversos partidos políticos e aqueles que atuam no PSTU. Segundo liderança da juventude do PSTU e importante representante da ANEL em Sergipe, sobre a composição da ANEL a nível nacional, afirma que “está meio a meio ou uns 60% que constrói o partido e que são próximos”.

No espaço universitário, esses grupos atuam e se relacionam fortemente com o movimento estudantil através de suas participações nos centros acadêmicos, diretório central e através de intervenções na universidade.

A organização da juventude do PSTU em núcleos situados em diversos centros acadêmicos de acordo com sua representação nos cursos é uma forma de relação de coprodução entre o movimento estudantil e os partidos políticos. A universidade para os jovens militantes do partido se tornam uma forma de ocupar os espaços de representação estudantil, no caso, os centros acadêmicos e buscarem novos apoiadores e militantes para o partido e, além disso, demarcarem seu espaço na dinâmica política do espaço universitário frente aos demais grupos políticos ali atuantes.

A partir das observações descritas acima, podemos afirmar, no caso da Universidade Federal de Sergipe que, longe de haver uma interação eminentemente conflituosa, os movimentos sociais e os partidos políticos buscam, no espaço universitário, novas fontes de recursos humanos e alianças políticas. Sendo assim, é preciso perceber as novas relações tecidas e gramáticas políticas que se referem a interação entre os movimentos sociais e os partidos políticos.

No caso da Universidade Federal de Sergipe há, nos últimos anos, o surgimento de novos coletivos que disputam o diretório central dos estudantes e o centro acadêmico e que também possuem atuação fora da universidade como é o caso do Levante Popular da Juventude e o grupo Liberte-se, mas que também possuem suas ligações com partidos políticos. A questão que se coloca é a necessidade de, através de conceitos que busquem a abordagem relacional do campo político, perceber que o surgimento de novos grupos e movimentos sociais não é uma consequência direta da rejeição dos partidos políticos.

Conclusão

A utilização da perspectiva relacional através de conceitos como redes sociais, campos relacionais ou múltiplo engajamento, como podemos perceber, seja através do debate teórico conceitual e seus alcances explicativos ou o

exemplo do espaço político universitário, nos levam a uma maior consideração da heterogeneidade do campo empírico e das relações de poder engendradas no espaço social.

Nesse sentido, o foco da pesquisa e seu ponto de partida deixa de ser a busca pela comprovação de uma autonomia ou capacidade revolucionária dos sujeitos diante do Estado e suas instituições. Distante dessa abordagem, a ênfase se desloca para, na dimensão individual as formas de engajamento, a construção das disposições ao militatismo, a influência da atividade política dos engajados em suas esferas de vida (BRENNER, 2014) e etc, e a nível das organizações, suas formas de organização, os repertórios de ação utilizados, sua relação com os partidos políticos, o Estado, as ONGs e outros movimentos sociais, a inserção de militantes de movimentos sociais em estruturas do governo através da profissionalização, a capacidade dos grupos em influenciar ou criar propostas de políticas públicas, etc.

A América Latina e o Brasil, nesse sentido, se constituem enquanto um laboratório de pesquisa fundamental onde prevalece as noções de autonomia e capacidade revolucionária dos movimentos sociais através da teoria dos “novos movimentos sociais”, mas, por outro lado, surgem diversos casos de forte relação entre os movimentos sociais, os partidos políticos e o Estado como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil. Apesar de parecer um contrassenso, ou seja, uma teoria que tem como principal fonte explicativa a autonomia em estados onde os governos estão relacionados com os movimentos sociais, é possível perceber que, nos anos 2000, há uma grande ressonância de outras perspectivas teóricas que se debruçam nos estudos sobre a relação entre os movimentos sociais e o Estado como a teoria do *contentious politic* (confronto político) de Sidney Tarrow e Doug McAdam (2011).

Junto a teoria do confronto político, há também outras perspectivas que foram expostas no artigo como, o múltiplo engajamento, a teoria das redes sociais ou *networks* e o conceito de campos relacionais (COMBES, 2009; GOLDSTONE, 2009; MISCHKE, 1997, 2007; OLIVEIRA, 2010b, 2014; SAWICKI & SIMÉANT, 2011; SILVA, 2013) e que buscam compreender as formas de interação que os movimentos sociais, partidos políticos, o Estado, os grupos de interesse, as elites profissionais e etc, constroem no espaço político.

Em suma, o artigo procurou demarcar os problemas conceituais e de pesquisa que se constituíram com as fronteiras disciplinares nos estudos da ação coletiva. De um lado, as pesquisas que buscavam compreender a dinâmica do Estado e política institucional e, do outro lado, àqueles que se dedicaram ao exame das práticas políticas não institucionalizadas. Foram destacadas também, para além dessa perspectiva já citada, os esforços recentes pela busca de um modelo analítico e conceitual que compreende as dinâmicas políticas, institucionalizadas ou não, enquanto grupos relacionais nos espaços de poder.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2008.
- BRENNER, A. K. Experiência Militante e repercussões em outras esferas de vida: jovens engajados em partidos políticos. In: **Revista NUPEM**. Vol. 6, n. 10, p. 79-93, jan-jul de 2014.
- CARDOSO, R. Movimentos Sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 1, n. 3, 1987.
- COMBES, H. Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvements sociaux à partir du cas mexicain. In: **Sociologie et sociétés**, vol. 41, n. 2, pp.161-188, 2009.
- CORADINI, O. L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. In: **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 28, p. 181-203, jun. 2007.
- GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina - elementos para uma abordagem comparada. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, Dez 2009, vol.22, no.44, p.323-354.
- GOLDSTONE, J. A. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structure to relational fields. In: **Theory and society**, v. 33, p. 333-365, 2004.
- JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 18-34, 1987.
- MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos Sociais e Eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 18-51, set/dez. 2011.
- OLIVEIRA, W. J. F. de. “A Arte de Resistir às Palavras”: Antropologia, concepções culturais e militância política. In: **34º Encontro Anual da ANPOCS**. Outubro de 2010. Caxambu/ MG.
- _____. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n.3, Brasília, jan-jul de 2010, p. 49-77.
- _____. (Org). **Engajamento e militância política em Sergipe: contexto político, engajamento individual e atuação profissional**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

- LOUREIRO, M. R. A participação dos economistas no governo. In: **Análise**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 345-359, jul/dez. 2006.
- MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, Vol 6, 1997, p. 134-150.
- _____. Activist cohorts and trajectories, 1977 to 1996. In: **Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks**. Princeton University Press, New Jersey, 2008.
- SANTOS, A. S. dos. **Movimento Não Pago: emergência e condições de representação no cenário público de Aracaju/SE**. Aracaju. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. 2014.
- SANTOS, J. V. **Juventudes partidárias em Sergipe: organização, formas de atuação e engajamento militante**. Aracaju. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. 2015.
- SAWICKI, F. & SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 28, p. 200-255, set/dez 2011.
- SILVA, M. K. & RUSKOWSKI, B.O. O processo de engajamento militante a partir do estudo sobre condição e mecanismos de engajamento. In: **XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Santiago, Chile. Outubro de 2013.

- [1] Como departamentalização chamo a atenção para a divisão entre os estudos que trabalham isoladamente com alguns objetos empíricos da teoria da ação coletiva como os partidos políticos, o Estado, os movimentos sociais e etc.
- [2] Apesar de ter origem europeia, adquire especificidade em seu uso no contexto latino americano tendo em vista as intervenções militares que governavam parte dos países no continente.
- [3] Sem rigor teórico, estamos chamando como campo político, o conjunto de grupos que atuam em diálogo e buscando influenciar a política. São exemplos, os movimentos sociais, os partidos políticos, os grupos de interesse, as ONGs, as associações de bairro, os grupos profissionais, etc.
- [4] Como *background* estamos considerando, por exemplo, as condições sociais, a inserção do ator nos espaços escolares e profissionais e os laços afetivos como as redes sociais familiares e de amizade.
- [5] Termo utilizado por uma liderança do PSTU e importante representante da ANEL de Sergipe em entrevista para se referir aos militantes da ANEL que não possuem relação de engajamento com partidos políticos e movimentos sociais.

Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia, membro do LEPP/UFS (Laboratório de Estudos do Poder e da Política), Sociologia. Email: vasconcelos.jonatha@globomail.com

Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia, membro do LEPP/UFS (Laboratório de Estudos do Poder e da Política), Sociologia. Email: adrielmac.s@gmail.com

Recebido em: 06/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: